ISSN: 2358-8829

# JUVENTUDE EM AÇÃO – PROTAGONISMO ESTUDANTIL E ARTICULAÇÃO POLÍTICA NA REVITALIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DO CANAL DA V ETAPA DE RIO DOCE

Maria Eduarda Tavares de Moura [1]
Júlia Larissa Andrade da Silva [2]
Pedro Gabriel Silva Falcão [3]

## INTRODUÇÃO

A degradação socioambiental em espaços urbanos é um dos desafios mais persistentes das cidades brasileiras. Ela se manifesta no acúmulo de resíduos sólidos, na obstrução de canais de drenagem, nos alagamentos recorrentes e na exposição da população a riscos sanitários. Esses problemas raramente têm uma causa única: resultam da combinação entre descarte inadequado de resíduos, manutenção insuficiente da infraestrutura e frágil participação social na definição das prioridades públicas. A Constituição Federal de 1988 reconhece o meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito de todos e atribui ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo (BRASIL, 1988). Nessa mesma direção, a Política Nacional de Educação Ambiental concebe a educação ambiental como componente essencial e permanente da educação nacional (BRASIL, 1999).

É nesse cenário que se insere o projeto Juventude em Ação, desenvolvido pela Escola Maria do Carmo, em Rio Doce, Pernambuco, em torno dos problemas do canal da V Etapa, afetado por resíduos sólidos e alagamentos. A relevância da iniciativa está em mostrar que a escola pode ir além da sensibilização ambiental tradicional, centrada em campanhas pontuais e na mudança de hábitos individuais, e assumir um papel ativo na transformação da realidade local, articulando saberes científicos, escuta da comunidade e diálogo com o poder público.

Diante disso, o objetivo geral deste estudo é analisar a eficácia da articulação política e do protagonismo estudantil na mitigação dos impactos socioambientais do canal da V Etapa. Como objetivos específicos, busca-se: (i) descrever as fases de desenvolvimento do projeto; (ii) identificar as articulações estabelecidas com representantes do poder público; e (iii) discutir os resultados alcançados à luz da educação ambiental crítica.

[1] Professor orientador: Especialista em Ensino de Ciências e Matemática, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) - PE, profdudatavares@gmail.com;
[2] Estudante do Ensino Médio regular do Colégio ELO - PE, julialarissa1214@gmail.com;
[3] Estudante do Ensino Médio Técnico Integrado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) - PE, pedrofalcao0104@gmail.com.

Sob essa perspectiva teórica, a investigação caracterizou-se como uma pesquisa-ação de natureza qualitativa, organizada em quatro fases: análise *in loco* da área afetada, escuta ativa da população, elaboração do projeto de intervenção e execução de estratégias de incidência política. Os resultados indicam que a mobilização discente transcendeu o ambiente escolar e originou diálogos e compromissos com vereadores, prefeitos, deputados e candidatos ao senado, os quais viabilizaram a destinação de maquinário pesado e de força de trabalho governamental para a desobstrução e a limpeza estrutural do canal. Concluiu-se que a integração da prática política ao fazer pedagógico fortalece o exercício da cidadania e consolida os estudantes como agentes aptos a influenciar políticas públicas.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A educação ambiental crítica compreende a questão ambiental como indissociável das relações sociais, econômicas e políticas que a produzem. Diferentemente de abordagens conservacionistas ou comportamentais, que tendem a responsabilizar o indivíduo isoladamente, a vertente crítica problematiza as causas estruturais da degradação e defende a participação coletiva na transformação da realidade (GUIMARÃES, 1995; LOUREIRO, 2004). Layrargues e Lima (2014) distinguem, no campo da educação ambiental brasileira, macrotendências político-pedagógicas e destacam que a perspectiva crítica se diferencia por politizar o debate ambiental e por associar a prática educativa ao enfrentamento das desigualdades que determinam quem convive com o lixo e com as enchentes.

Esse enfoque dialoga com a concepção de cidadania ativa. Para Jacobi (2003), a educação ambiental voltada à sustentabilidade só se concretiza quando fortalece a participação social e a corresponsabilidade na gestão dos problemas ambientais, o que exige que os cidadãos conheçam seus direitos e saibam acionar os canais de decisão. Do mesmo modo, a Política Nacional de Resíduos Sólidos estabelece a responsabilidade compartilhada pela gestão dos resíduos entre poder público, setor produtivo e sociedade (BRASIL, 2010), o que legitima a atuação comunitária e escolar na cobrança e no acompanhamento das ações governamentais.

No campo pedagógico, o protagonismo estudantil encontra respaldo em Freire (1996), para quem ensinar exige respeito à autonomia do educando e reconhecimento de que a educação é uma forma de intervenção no mundo. A Base Nacional Comum Curricular, ao incluir entre as competências gerais a argumentação, a responsabilidade e a cidadania, reforça a importância de que os estudantes aprendam a agir de modo crítico e propositivo frente a problemas reais de suas comunidades (BRASIL, 2018). Nesse sentido, a incidência política, entendida como o conjunto

de ações organizadas para influenciar decisões públicas, pode ser compreendida como um conteúdo e uma prática formativa legítima, e não como um desvio da função da escola.

## METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa-ação de natureza qualitativa. A pesquisa-ação é uma estratégia na qual pesquisadores e participantes da situação investigada atuam de modo cooperativo, de modo que a produção do conhecimento caminha junto com a intervenção na realidade (THIOLLENT, 2011). A abordagem qualitativa justifica-se pelo interesse em compreender significados, percepções e processos sociais que não se reduzem a indicadores numéricos (MINAYO, 2009).

O percurso metodológico estruturou-se em quatro fases sequenciais. Na primeira, realizou-se a análise *in loco* da área do canal da V Etapa, com observação direta e registro das condições de acúmulo de resíduos sólidos e dos pontos de alagamento. Na segunda, desenvolveu-se a escuta ativa da população do entorno, por meio de conversas abertas com moradores, a fim de conhecer suas percepções e experiências com o problema. Na terceira, os estudantes elaboraram o projeto de intervenção, sistematizando o diagnóstico e as demandas identificadas. Na quarta, executaram-se estratégias de incidência política, com apresentação do projeto e reuniões com representantes do poder público.

Os registros produzidos ao longo das fases foram examinados por meio de análise de conteúdo, com a organização dos achados em categorias analíticas (BARDIN, 2011). Em atenção aos princípios éticos da pesquisa com seres humanos, a participação da comunidade foi voluntária, os objetivos do projeto foram esclarecidos aos participantes e o uso de imagens ocorreu mediante autorização.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os achados foram sistematizados em quatro categorias analíticas, correspondentes às fases do projeto e aos seus desdobramentos, resumidas no Quadro 1 e ilustradas na Figura 1.

Na primeira categoria, o diagnóstico *in loco* permitiu aos estudantes compreender o canal como um problema ambiental e social ao mesmo tempo: o acúmulo de resíduos sólidos obstruía o escoamento da água e agravava os alagamentos, que afetavam diretamente a vida dos moradores. Essa leitura da realidade, feita a partir da observação direta, aproxima-se do que propõe a educação ambiental crítica, ao tomar o território vivido como ponto de partida do processo educativo (LOUREIRO, 2004).

ISSN: 2358-8829

Quadro 1 – Síntese das categorias analíticas do projeto Juventude em Ação

| Categoria | Ações desenvolvidas | Resultados observados |
|---|---|---|
| Diagnóstico socioambiental | Análise in loco da área afetada por resíduos sólidos e alagamentos. | Identificação das causas e dos pontos críticos de obstrução do canal. |
| Escuta da comunidade | Escuta ativa dos moradores do entorno. | Reconhecimento do problema como demanda coletiva e legitimação do projeto. |
| Projeto de intervenção | Sistematização do diagnóstico e das demandas em proposta estruturada. | Instrumento de apresentação e negociação junto ao poder público. |
| Incidência política | Diálogos com vereadores, prefeitos, deputados e candidatos ao senado. | Compromissos assumidos e destinação de maquinário pesado e força de trabalho para a limpeza do canal. |

Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 1 – Registros do projeto Juventude em Ação: (a) condições do canal da V Etapa na análise in loco; (b) apresentação do projeto por estudante a representantes políticos; (c) estudantes em atividade de articulação



Fonte: Acervo dos autores.

A segunda categoria, a escuta ativa da população, foi decisiva para que o projeto não se limitasse a uma iniciativa escolar. Ao ouvir os moradores, os estudantes reconheceram o problema como uma demanda coletiva e passaram a representá-la perante as autoridades. Esse movimento reflete a corresponsabilidade descrita por Jacobi (2003) e confere legitimidade às reivindicações apresentadas, pois a escola atua como mediadora entre a comunidade e o poder público.

A terceira categoria, a elaboração do projeto de intervenção, converteu o diagnóstico e a escuta em um documento estruturado, capaz de sustentar a negociação. A sistematização exigiu rigor na coleta e na organização das informações, o que favoreceu o desenvolvimento de competências de argumentação e de responsabilidade cidadã, alinhadas à Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018).

A quarta categoria, a incidência política, foi o ponto em que a mobilização discente transcendeu o ambiente escolar. Os diálogos com vereadores, prefeitos, deputados e candidatos ao senado resultaram em compromissos concretos e, principalmente, na destinação de maquinário pesado e de força de trabalho governamental para a desobstrução e a limpeza

estrutural do canal. Tal resultado evidencia que a participação organizada pode converter uma demanda comunitária em ação do poder público, em consonância com a ideia de responsabilidade compartilhada prevista na legislação de resíduos sólidos (BRASIL, 2010). Cabe destacar que a incidência política, neste estudo, é compreendida como exercício de cidadania e como prática formativa, e não como vínculo com grupos ou interesses partidários, em coerência com a perspectiva de autonomia defendida por Freire (1996).

O rigor científico e o impacto social do projeto também foram reconhecidos externamente: a iniciativa conquistou o terceiro lugar na categoria de pesquisa científica do congresso Ciência Jovem. Esse reconhecimento indica que a articulação entre pesquisa, ação comunitária e incidência política pode ser valorizada nos espaços de divulgação científica e reforça o potencial da pesquisa-ação como metodologia na educação básica.

Por fim, é importante reconhecer os limites da intervenção. A desobstrução e a limpeza estrutural enfrentam o sintoma mais visível do problema, mas a sustentabilidade do resultado depende de manutenção contínua pelo poder público e de mudanças nas práticas de descarte de resíduos pela comunidade. Isso reforça o argumento da educação ambiental crítica de que ações pontuais precisam ser acompanhadas de processos permanentes de mobilização e de formação (LAYRARGUES; LIMA, 2014).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo analisou a eficácia da articulação política e do protagonismo estudantil na mitigação dos impactos socioambientais do canal da V Etapa, em Rio Doce. Os resultados mostram que, ao percorrer as fases de diagnóstico, escuta, elaboração do projeto e incidência política, os estudantes foram capazes de mobilizar o poder público, obter maquinário e força de trabalho para a limpeza do canal e alcançar reconhecimento científico no congresso Ciência Jovem.

Conclui-se que a integração da prática política ao fazer pedagógico fomenta o exercício da cidadania e consolida os estudantes como agentes transformadores, aptos a influenciar políticas públicas e a promover a sustentabilidade local. Como desdobramentos, recomenda-se o acompanhamento de longo prazo das condições do canal, a participação contínua da comunidade em sua conservação e a realização de novas pesquisas que investiguem a replicabilidade da experiência em outros territórios e contextos escolares.

**Palavras-chave:** Educação Ambiental; Protagonismo Estudantil; Políticas Públicas; Pesquisa-Ação; Cidadania.

**AGRADECIMENTOS**

Agradecemos à comunidade de Rio Doce e à Escola Maria do Carmo pelo apoio ao desenvolvimento do projeto Juventude em Ação.

**REFERÊNCIAS**

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 abr. 1999.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 ago. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GUIMARÃES, M. **A dimensão ambiental na educação**. Campinas: Papirus, 1995.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 118, p. 189-205, mar. 2003.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. C. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 23-40, jan./mar. 2014.

LOUREIRO, C. F. B. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.